



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
II INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

FLAUBÊNIA NASCIMENTO DE ALMEIDA GOMES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E APRENDIZAGEM NO ENSINO
FUNDAMENTAL II: ESTUDO DE CASO NO 9º ANO DA
ESCOLA JOSÉ FRANCISCO SAMPAIO**

Limoeiro do Norte – CE
2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

-
- G614 Gomes, Flaubênia Nascimento de Almeida.
Políticas públicas e aprendizagem no ensino fundamental II: estudo de caso no 9º ano da Escola José Francisco Sampaio. / Flaubênia Nascimento de Almeida Gomes. – Limoeiro do Norte, 2016.
40 f.; 30 cm.
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.
Orientador: Prof. Dra. Maria Aparecida da Silva.
Co-orientador: Prof. Dr. Milton Jarbas Rodrigues Chagas.
Inclui tabelas e referências.
1. Educação. I. Título

CDD 370



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
IIINSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

FLAUBÊNIA NASCIMENTO DE ALMEIDA GOMES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL II:
ESTUDO DE CASO NO 9º ANO DA ESCOLA JOSÉ FRANCISCO SAMPAIO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Administração Pública da UNILAB, como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dra. Maria Aparecida da Silva
Co-orientador: Prof. Dr. Milton Jarbas Rodrigues Chagas.

Limoeiro do Norte – CE
2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: POLÍTICAS PÚBLICAS E APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL II: ESTUDO DE CASO NO 9º ANO DA ESCOLA JOSÉ FRANCISCO SAMPAIO

AUTOR: Flaubênia Nascimento de Almeida Gomes

Monografia julgada e aprovada para obtenção do diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: ___/___/___

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Milton Jarbas Rodrigues
Universidade Federal do Cariri - UFCA

Profa. Maria Denise Nunes Rodrigues
Universidade Federal do Cariri - UFCA

Profa. Edmara Chaves Costa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente todos que fazem a UNILAB pelo esforço de ofertar um curso a distância, e pelo empenho em mantê-lo.

A todos os tutores que ao longo do curso nos acompanharam em nossa caminhada acadêmica.

Também a Deus pelo dom da vida e bela força que nos motiva e faz caminharmos na busca da concretização de nossos sonhos e a todos que direto e indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

Aos meus colegas e grandes incentivadores Inês Helena, Luzia Gadelha, Renato Freire, Ana Luíza, Rosa Cavalcante, Venício Oliveira e Hudson Maia, amizade para a vida inteira.

À minha família por existirem e motivarem à busca do conhecimento, especialmente aos meus pais Francisco Fausto de Almeida e Maria Izamar de Almeida que não desistiram da educação dos filhos em nenhum momento.

Aos meus irmãos Paulo Célio, Márcia Gleisy e Fernanda Kécia, exemplos de dedicação, esforço e perseverança.

A meu esposo Francisco Edson Silva Gomes, um incentivador de minha vida estudantil, não mede esforços para meu sucesso e aos meus filhos Ellen Liz, Edson Gabriel e Tomaz Francisco a razão de todo estudo, lutas e conquistas.

Não posso esquecer meus sobrinhos Mariza, Ivi Emanuel e Isa Maria, um amor que transborda.

GOMES. Flaubênia Nascimento de Almeida. Políticas Públicas e Aprendizagem no Ensino Fundamental II: Estudo de caso no 9º ano da Escola José Francisco Sampaio. 2016. Monografia (Graduação) – Pólo de EaD de Limoeiro do Norte, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Limoeiro do Norte, 2016.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo Investigar as repercussões das avaliações externas de aprendizagem dos alunos do 9º ano da Escola de Educação Básica José Francisco Sampaio. Levando em consideração que avaliação é um componente muito importante, pois é ela que dá transparência e legitimidade ao processo avaliativo, informando com clareza o que será avaliado (CEARÁ, 2008). O presente trabalho faz uma reflexão sobre as avaliações externas (Prova Brasil e SPAECE), seus impactos na sociedade, na escola e nas atividades de professores e alunos. Assim, é questionado o papel da escola neste novo contexto. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, além de pesquisa exploratória e entrevistas não estruturadas com os gestores, professores e alunos da instituição. E dados secundários foram obtidos por meio da catalogação e análise de documentos da instituição, busca em sites, jornais e revistas. Pelo estudo realizado observa-se que a aprendizagem e os dados são incoerentes, uma vez que os profissionais que atuam na escola percebem a não aplicação de metodologia que visem melhorar o desempenho dos alunos, pois para os que vivem e acompanham o dia a dia da sala de aula, é um desafio compreender os resultados das avaliações e intervir com estas informações para o cotidiano, tornando-se um elemento capaz de colaborar com o avanço do trabalho educativo.

PALAVRAS CHAVE: Avaliação. Ensino. Aprendizagem. Conhecimento.

ABSTRACT

This study aims to investigate the repercussions of the external evaluations of learning of the students of the 9th year of the School of Basic Education José Francisco Sampaio. Taking into account that evaluation is a very important component, because it is she that gives transparency and legitimacy to the evaluation process, stating clearly what will be evaluated (CEARÁ, 2008). The present work is a reflection on the external evaluations (Brazil Exam and SPAECE), its impact on society, in school and in the activities of teachers and students. So, is questioned the role of the school in this new context. The methodology used was the literature review, in addition to exploratory research and unstructured interviews with managers, teachers and students of the institution. And secondary data were obtained through the cataloguing and analysis of documents of the institution, search on websites, newspapers and magazines. By study notes that learning and the data are inconsistent, since the professionals working on school realize the non-application of methodology aimed at improving the performance of students, for those who live and follow the day to day classroom is a challenge to understand the results of evaluations and intervene with this information for daily life by becoming an element capable of collaborating with the advancement of the educational work.

KEY WORDS: Evaluation. Teaching. Learning. Knowledge.

LISTA DE TABELAS OU QUADROS

Tabela 1 – Resultado da Prova Brasil, página 28.

Tabela 2 – Resultado do SPAECE, página 28.

LISTA DE SIGLAS

ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
EF – Ensino Fundamental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO
MEC – Ministério da Educação
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
SPAECE - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	JUSTIFICATIVA	12
3	OBJETIVOS	14
3.1	GERAL	14
3.2	ESPECÍFICOS	14
4	REFERENCIAL TEÓRICO	15
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	15
4.2.	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO	15
4.3.	POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)	16
4.4	AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM	17
4.5	AVALIAÇÕES EXTERNAS	18
5	METODOLOGIA	23
5.1	Tipo de pesquisa	23
5.2	Local da Pesquisa	24
5.3	População e amostra	25
5.4	Instrumentos de coleta de dados	26
5.5	Processos de coleta de dados	27
6	ANÁLISE DE DADOS	28
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a Escola de Educação Básica José Francisco Sampaio em Aruaru, que atua no Ensino Fundamental II recebeu diversos recursos advindos do Ministério de Educação (MEC), de 2014 a 2016 a escola recebeu R\$ 220 678,97 do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Programa Atleta Escola, do PDDE Sustentável e do Programa Mais Educação. Estes investimentos se destinam à prática de ações tanto estruturais como de estabelecimento de metas a serem cumpridas, já implantadas ou implementá-las. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão.

Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros visando apoiar a execução de todo ou de parte do seu planejamento. Além dos ajustes conceituais e técnicos na metodologia, a principal alteração foi a mudança no critério de definição do público-alvo, adotando-se o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), como parâmetro, o que significou incluir todas as escolas públicas que se enquadrassem nos critérios definidos.

Já o (Programa Dinheiro Direto na Escola) PDDE consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse.

Porém vê-se que os índices de aprendizagem permanecem ainda baixos, em 2005 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) observado foi de apenas 2,8, em 2007 este resultado foi menor ainda: 2,0; em 2009 pode-se verificar que o IDEB observado foi 2,8; e diante das dificuldades apresentadas pelos alunos dos anos finais, é imprescindível sabermos quais ações são desenvolvidas pela escola? Há uma enorme contradição, visto que há investimento, até há um bom índice de aprovação, porém não há aprendizagem significativa, assim questiona-se com tantas políticas públicas sociais educacionais implantadas e implementadas nos

últimos anos, qual o nível de aprendizagem dos alunos do 9º ano da Escola de Educação Básica José Francisco Sampaio, com a implantação das políticas públicas na Educação?

A pesquisa está fundamentada nos estudos de Luckesi(1995), Saviani(2007), Sordi e Moreira(2002) e Blasis e., Falsarella A. M., Alavarse (2013).

O trabalho está dividido em 04 capítulos e contemplarão os seguintes assuntos: no primeiro capítulo: Políticas públicas para Educação, falar-se-á sobre o conceito de políticas públicas e elencando as principais política implementadas na escola; No segundo capítulo: Políticas públicas e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, discorrerá sobre a lei que é considerada a maior e mais importante política pública para a educação; No terceiro capítulo: Avaliação e Aprendizagem, mostrar-se-á a importância da avaliação como instrumento para melhoria da aprendizagem e finalmente no quarto e último capítulo: As Avaliações Externas, mostrando em nível Nacional: Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc "Prova Brasil" e em nível estadual tem-se o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE.

2 JUSTIFICATIVA

Como educadora nota-se que alguns entraves ainda dificultam a superação das dificuldades. Este trabalho tem por finalidade e objeto responder a problemática de que com tantas políticas públicas na educação, como fazer para que os alunos do 9º ano da Escola de Educação Básica José Francisco Sampaio em Aruaru consigam atingir um nível de aprendizagem desejável.

A avaliação cujo processo é uma condição necessária para que se possa estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas, verificando se estas últimas são atingidas. Daí a importância das avaliações externas para propiciar estudos, intervenções e políticas públicas aplicadas à educação.

Para David Easton (1953, p.129), as políticas públicas são “[...] a alocação autorizada de valores para toda a sociedade [...]”, que possa contribuir para uma prática eficaz e exitosa na aprendizagem.

O termo “política” no inglês, politics (Bueno, Silveira), faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas.

Aos poucos, com o amadurecimento das discussões, vão se formando certas concepções entre os membros do governo, os parlamentares e outros atores. Vão sendo feitas negociações entre eles e são construídos acordos para atender às reivindicações, porém sem gerar novos conflitos com outros atores sociais. Isso é política, ou seja: politics.

Já o termo policy é utilizado para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, policy significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política.

Avançando um pouco mais, é possível sustentar-se que as políticas públicas (policy) são resultantes da atividade política (politics), pois, compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.

Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

Com relação à educação muitas políticas públicas foram implantadas ou implementadas e desde 2009, com os resultados da Prova Brasil, as escolas de todo país receberam recursos mediante apresentação de plano de ação, com metas a serem cumpridas e objetivos a serem alcançados. A exemplo tem-se o Plano de desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Mais Educação, dentre outros.

Questionamentos tais como: Quais são as políticas públicas para o Ensino Fundamental II? E como as mesmas estão sendo aplicadas? E Que intervenções a escola faz mediante os dados das avaliações externas? Em que as avaliações externas contribuem para a aprendizagem? Estes recursos também se destinam a formação docente, o PDE interativo que prevê cursos de especializações de até 360h, mas quais as formações oferecidas ao professor do Ensino Fundamental II? Surgem e dão forma a seguinte questão que se buscou investigar neste trabalho: As implicações das políticas públicas na educação, como fazer para que os alunos do 9º ano consigam atingir um nível de aprendizagem desejável?

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- Investigar as repercussões das avaliações externas de aprendizagem dos alunos do 9º ano da Escola de Educação Básica José Francisco Sampaio.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elencar as políticas públicas aplicadas ao Ensino Fundamental II da Escola de Educação Básica José Sampaio.
- Conhecer as contribuições das avaliações externas para a aprendizagem.
- Analisar as implicações das avaliações externas na aprendizagem da Escola de Educação Básica José Francisco Sampaio.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Estudos recentes sobre a qualidade na educação básica, intitulada “Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas de Cristiane Machado; Ocimar Munhoz Alavarse, versam sobre a importância deste instrumento para o incremento da qualidade da educação nas escolas públicas.

Pode-se citar ainda, os estudos de Maria Inês de Matos Coelho “Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios”, que discute sobre a política de avaliação que foi desenvolvida como uma parte de uma nova política de regulação e de administração competitiva no contexto do Estado Avaliador. Finalmente, propomos questões para a reflexão sobre condições ou possibilidades de mudança.

Diana Gomes da Silva Cerdeira, Andrea Baptista de Almeida e Marcio da Costa, focaram seus estudos nos “Indicadores e avaliação educacional: percepções e reações a políticas de responsabilização” onde verifica-se uma política de bonificação salarial para os profissionais cujas escolas atingirem metas estabelecidas pela Prefeitura, ao passo que Duque de Caxias não promove políticas de alto impacto. Abordou a discussão atual sobre as avaliações externas, bem como a discussão sobre o currículo nesse contexto e problematizou as abordagens que sugerem que as avaliações vêm constrangendo o trabalho docente e promovendo o estreitamento do currículo escolar.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Partindo-se da etimologia das palavras, separadamente, tem-se Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que quer dizer “participação da pessoa livremente para decisões sobre a cidade, a *polis*. A palavra pública é latina, *publica*, e significa povo, do povo.

Assim definir Política Pública como sendo a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos (Peters, 1986).

Azevedo (2003, p. 38) definiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Pode-se concluir que políticas públicas são diretrizes, princípios

norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Neste estudo será focado as políticas públicas para a Educação.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

Seguindo do conceito acima, que políticas públicas são ações voltadas às ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Políticas públicas educacionais são as ações desenvolvidas pelo governo na área da educação.

A educação é garantida pela Constituição Federal de 1988. No artigo 6º diz que a educação, a moradia, o trabalho, o lazer, a saúde é um direito social. Daí ser fundamental as políticas públicas educacionais para garantir os direitos da própria Constituição.

Em seu artigo 205, afirma: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania.

Desta forma, é imprescindível a existência de um local próprio do fazer educacional, que é na escola, a comunidade: alunos, professores, servidores, gestores, pais; o que vai além das quatro paredes.

Nóvoa (2002) diz que “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a pessoa (agente) e a escola (lugar de crescimento profissional permanente)”.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

No intuito de oferecer uma educação igualitária como direito de todos foi proposto o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que resultou, após longo processo de tramitação, na primeira Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, sancionada em 20 de dezembro de 1961. Esta foi modificada por emendas e artigos, sendo reformada pelas leis 5.540/68, 5.692/71 e posteriormente, substituída pela LDB 9.394/96.

Em seu Artigo 01 “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa” (LDB 9394/96).

No Artigo 10, assegura que os Estados incumbir-se-ão de “elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação.

Art. 22º. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Sendo assim, se pode considerar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é a maior e mais importante Política Pública Educacional.

4.4 AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

De acordo com Azamor e Naiff (2009) a avaliação da aprendizagem escolar nos últimos anos vem passando por modificações, visando atender às novas demandas no ambiente escolar.

A avaliação é um processo contínuo de pesquisa que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento em função dos objetivos, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas do planejamento do trabalho, do professor e da escola como um todo (PILLETI, 1991).

A avaliação é um conjunto de procedimentos, de julgamento dos resultados de uma política, segundo critérios que expressam valores.

Não há melhoria na qualidade da educação que seja possível sem que processos de avaliação acompanhem, continuamente, os efeitos das políticas educacionais propostas para tal fim (CEARÁ, 2013), ou seja, avaliar é investigar para intervir.

Para Sordi (1995), a prática de avaliação é um ato dinâmico onde o professor e o aluno assume o seu papel, de modo co-participativo, levando a construção do conhecimento, assim a avaliação de um modo geral levará em conta a dedicação e interesse de cada educando, assim como a observação sistemática e análise das produções, considerando a variedade das mesmas para que se possa ter um quadro real das aprendizagens conquistadas.

Para Vazquez (1977), o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. Dessa forma reconhecemos que trabalhar com um currículo cuja base é voltada para a função social da escola que é a aprendizagem do aluno.

Segundo Saviani (1992), o ato educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada sujeito singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Que faz pensar em outro ponto de relevância na escola é a avaliação, pois consideramos que ela é quem redimensiona todo trabalho pedagógico da escola, para isto reservamos um espaço a ela.

Numa linha de pensamento agregado à ideia de gestão democrática em que visa a descentralização do gestor escolar Lück (2000) aponta para a nova realidade, cujas escolas têm exposto seus resultados educacionais e são cobradas a melhorá-los, o que exige reflexão-ação-reflexão.

Libâneo (2004), deixa claro que gestores eficazes canalizam o esforço coletivo das pessoas para os objetos e metas estabelecidas, é compreendido como o líder, através do qual todos os segmentos da escola se unem em prol de rumos que a escola deve tomar para evidenciar a aprendizagem de seus alunos, implementando decisões coletivas num processo contínuo de avaliação.

A principal função do gestor escolar é promover aprendizagem retomamos algumas assertivas de Leal (2010, p. 53) quando expressa que “a principal função do administrador escolar é realizar uma liderança política, cultural e pedagógica, sem perder de vista a competência técnica para administrar a instituição que dirige [...]” e mais a frente ratifica que o diretor e a escola contam com possibilidades, e usar o administrativo a serviço do pedagógico facilitará a elaboração de projetos educacionais que sejam resultantes de uma construção coletiva dos componentes da escola.

4.5 AVALIAÇÕES EXTERNAS

Do ponto de vista legal, o processo de avaliação nacional é legítimo, previsto no inciso VI, do Art.9 da LDB 9394/96, que confere à União “ Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1998).

As avaliações externas vêm ganhando a atenção crescente de gestores públicos e comunidades escolares (BLASIS, FALSARELLA E ALAVARSE, 2013), deixam claro um compromisso com os resultados da educação e fornecem parâmetros objetivos para o debate sobre a melhoria da qualidade no ensino.

4.5.1 A Aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental II

Para Martins e Sá (2007), na sociedade atual, é cada vez mais necessário dominar a leitura, para nela se poder viver, para ser bem aceito e para poder usufruir dos vários recursos que ela põe ao nosso dispor.

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social (MEC/SEF, 1997).

Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura.

A escola deve, assumir o compromisso de procurar garantir que a sala de aula seja um espaço onde cada sujeito tenha o direito à palavra, reconhecido como legítimo, e essa palavra encontre ressonância no discurso do outro (MEC/SEF, 1997).

4.5.2 Matriz de Referência de Português e de Matemática para o Ensino Fundamental II

O currículo é a base para a seleção dos conteúdos que darão origem às Matrizes de Referência. A Matriz elenca as habilidades selecionadas, organizando-as em competências (CEARÁ, 2013).

Os descritores servem de base para a construção dos itens das provas.

O Saeb (2001) define **descritores** como uma associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelos alunos, que se traduzem em certas competências e habilidades.

Esta associação de competências e habilidades desejáveis para cada série e ainda, para cada disciplina, foram subdivididos em partes menores, cada uma especificando o que os itens das provas devem medir. Esses, por sua vez,

traduzem uma associação entre os conteúdos curriculares e as operações mentais desenvolvidas pelos alunos.

Partindo desses pressupostos são realizadas as seguintes avaliações:

4.5.3 As Avaliações Externas Nacionais e Estaduais

4.5.3.1 Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb

Abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação.

4.5.3.2 Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc "Prova Brasil")

Trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

E na esfera estadual se tem o Sistema Permanente de Avaliação Educação Básica do Ceará.

4.5.3.3 Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE)

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) foi implementado em 1992 pela Secretaria da Educação (SEDUC), com o objetivo de promover um ensino de qualidade e equânime para todos os alunos da rede pública do estado.

Por considerar a importância da avaliação como instrumento eficaz de gestão, em 2007, houve ampliação da abrangência do SPAECE, incorporando a avaliação da alfabetização e expandindo a avaliação do Ensino Médio para as três séries, de forma censitária. Assim, o SPAECE passou a compreender a avaliação de leitura dos alunos do 2º ano do EF (SPAECE-Alfa) e o domínio das competências e das habilidades esperadas para as demais etapas de escolaridade, nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática para os alunos do 5º e 9º anos do EF e nas

turmas de 1ª, 2ª e 3ª séries do EM. As informações coletadas, a cada edição, identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos do estado.

Os testes de Língua Portuguesa e Matemática do SPAECE consideraram também as respectivas matrizes do SPAECE e receberam a denominação de testes de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. Foram também aplicados os testes para as áreas de Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia) e de Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), além da prova de Redação. Nesta edição, os alunos das escolas municipais e estaduais do Ceará foram avaliados no 2º ano do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa (Leitura). Os alunos do 5º e 9º anos e 2º segmento da EJA Ensino Fundamental e da 1ª e 2ª séries e 1º período da EJA Ensino Médio foram avaliados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2015, o SPAECE avaliou, de modo censitário, o nível de leitura dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental (EF) – SPAECE-Alfa, assim como as habilidades em Língua Portuguesa (leitura) e Matemática dos alunos do 5º e 9º anos do EF e Educação de Jovens e Adultos – EJA (anos finais, presencial da Rede Estadual); da 1ª e 3ª séries do Ensino Médio (ProEMI/Jovem de Futuro) e EJA (1º Período, presencial da Rede Estadual).

O conjunto de informações coletadas pelo SPAECE permite diagnosticar a qualidade da educação pública em todo o estado do Ceará, produzindo resultados por aluno, turma, escola, município, credes e estado. Ao mesmo tempo, os resultados têm servido de base para implementação de políticas públicas educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras nas escolas estaduais e municipais. O SPAECE tornou-se um instrumento essencial na fomentação de debate público e na promoção de ações orientadas para a melhoria e execução da democratização do ensino, garantindo a todos igualdade de acesso e permanência na escola.

Esta avaliação permite montar um quadro sobre os resultados da aprendizagem dos alunos, com seus pontos fracos e fortes, e sobre as características dos professores e gestores das escolas estaduais. Em se tratando de uma avaliação de característica longitudinal, possibilita, ainda, acompanhar o progresso de aprendizagem de cada aluno ao longo do tempo.

A Avaliação dos alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da EJA Anos Finais (presencial; rede estadual) é feita em caráter censitário para as etapas avaliadas, com periodicidade anual. A referida avaliação é realizada com a finalidade de diagnosticar o estágio de conhecimento, bem como analisar a evolução do desempenho dos alunos do 5º e 9º anos (regular e EJA presencial da rede estadual), com os fatores associados a este desempenho, produzindo informações que possibilitem a definição de ações prioritárias de intervenção na Rede Pública de ensino (estadual e municipal).

5 METODOLOGIA

Segundo Macedo (2000), a subjetividade é uma condição incontornável para a construção do conhecimento e deve ser algo inerente à condição humana do pesquisador.

As entrevistas feitas aos professores de Língua Portuguesa e Matemática, Gestores Administrativos e Pedagógicos e alunos em questionários abertos.

De acordo com Andrade (2001), “é o primeiro passo de todo trabalho científico.” Isso porque ela assume um caráter de pesquisa bibliográfica e/ou estudo de caso, proporcionando maior conhecimento sobre o assunto, facilita na delimitação do tema, ajuda a formular o problema de pesquisa, bem como seus objetivos e, ainda, na construção de hipóteses. Trabalha com entrevistas e análises de exemplos que estimulem a compreensão.

5.1 Tipo de Pesquisa

A natureza de abordagem da pesquisa é denominada exploratória, pois trata-se de um estudo de caso, com a utilização de dados secundários e entrevistas não estruturadas. Os dados secundários foram obtidos por meio da catalogação e análises de documentos fornecidos por servidores da instituição, por busca em site, livros, jornais e revistas.

Outras informações coletadas por meio de conversas abertas com vários funcionários veteranos da Escola, as quais serão de muita valia para a construção das perguntas formuladas para a entrevista, assim tem-se a oportunidade de observamos diretamente à instituição como ambiente de trabalho e as colocações do gestor.

A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa que para Marconi e Lakatos (2010) abordagem se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamentos e exploratória.

Segundo Vergara (2000, p.47), a pesquisa é exploratória, porque “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Ainda, de acordo com a autora, trata-se também de uma pesquisa bibliográfica porque “é um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado” com a utilização de dados secundários e entrevista não estruturada.

Os dados foram obtidos por meio da catalogação e análise de documentos da instituição, buscados em sites, livros, jornais e revistas.

Malheiros (2010), fala que a pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, possibilitando ao pesquisador a teoria, para análise, avaliação levando-o a compreender ou explicar o objeto da investigação.

Outras informações foram coletadas por meio de conversas abertas com vários funcionários da casa, as quais tiveram de grande valia para a construção dos embasamentos, assim como a observação do ambiente de trabalho e a relação entre os funcionários.

5.2 Local da Pesquisa

A Escola de Educação Básica José Francisco Sampaio, está situada na rua Joana Maria, 1560, no distrito de Aruaru, que pertence ao município de Morada Nova, no estado do Ceará. Instituição de ensino municipal mantida pelo Ministério da Educação – MEC e pela Prefeitura Municipal de Morada Nova, através da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), que fornece dentre outros a Merenda Escolar. Os principais recursos financeiros são:

- a) o Programa Dinheiro Direto na Escola (**PDDE**) que tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, recursos estes recebidos anualmente;
- b) Plano de Desenvolvimento da Escola (**PDE – Escola**) O Plano de Desenvolvimento da Escola (**PDE-Escola**) auxilia a escola pública, pois trata-se de planejamento estratégico em que a escola investe em sua qualificação para oferecer mais qualidade de ensino ao estudante, aumentando a aprendizagem escolar, recursos recebidos (1ª e 2ª PARCELA – 2009 e 2010);
- c) O **Programa Mais Educação**, ofertado às escolas públicas de ensino fundamental, consiste no desenvolvimento de atividades de **educação** integral que expandem o tempo diário de escola para o mínimo de sete horas e que também ampliam as oportunidades educativas dos estudantes;
- d) **EVENTOS** (Festa Junina, Convênios e outros)

A escola fica a 62Km da sede do município e funciona com o ensino fundamental II. Foi fundada em 20 de fevereiro de 1982 na administração do prefeito Isaias Castro de Andrade.

Seu processo de criação se deu pela necessidade de se ter um nível mais elevado de escolaridade, já que, até então, a única escola que havia (Escola municipal de Aruaru, hoje Escola de Educação Básica Joana Paula de Moraes) só oferecia o ensino fundamental I.

Foi então que o pedido de alguns moradores, liderados pelo Sr. Praxedes José da Silva (vereador da época) apresentou um requerimento a prefeitura municipal, o então Prefeito Isaias Castro de Andrade atendeu aos anseios da comunidade.

A Escola recebeu o nome de José Francisco Sampaio em homenagem a um morador da comunidade que foi juiz de casamento, exerceu a função de subdelegado de polícia e era pai de um ex-vereador, presidente da Câmara, Osiel Vieira Sampaio.

A evolução da Escola nos revelou um fato curioso e ao mesmo tempo lamentável, não existe registro escrito. Constatamos de forma surpreendente que nunca houve preocupação com isso, o que revela no próprio seio da educação, a falta de interesse para com a história.

A maior parte da clientela mora na sede do distrito, Uma outra parte mora nas localidades e utilizam transporte escolar, fornecidos pela prefeitura. Os discentes são filhos de pais agricultores e pequenos comerciantes.

Os professores lecionam no ensino fundamental II, são todos graduados e quase todos são efetivos, a grande maioria reside em Aruaru.

5.3 População e Amostra

Considerando a abordagem qualitativa da pesquisa, definiu-se a população como sendo com os gestores, sendo o diretor geral e dois coordenadores pedagógicos; dois professores, sendo 01 de Língua Portuguesa e 01 de Matemática do 9º ano; 10 alunos da série em estudo divididos em 05 da turma A e 05 da turma B.

Como entrevistados tem-se:

ENTREVISTA	IDADE	SEXO	NATALIDADE	ESTADO CIVIL	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO	TEMPO NA ESCOLA
Gestor 1	40 anos	Masculino	Fortaleza	Divorciado	Pedagogia	15 anos	03 anos e meio
Gestor 2	47 anos	Masculino	Morada Nova	Solteiro	Linguagens e Códigos	25 anos	15 anos
Gestor 3	48 anos	Feminino	Fortaleza	Solteira	Pedagogia	24 anos	03 anos e meio
Professor 1	39 anos	Feminino	Morada Nova	Casada	Letras – Português e Inglês	19 anos	11 anos
Professor 2	26 anos	Masculino	Morada Nova	Solteiro	Matemática	03 anos	02 anos

Foram selecionados 10 alunos do 9º ano sendo, 05 discentes da turma A e 05 da turma B. 09 alunos tem 14 anos e 01 aluno tem 15 anos. 04 alunos são do sexo feminino e 06 do sexo masculino. 06 alunos nascidos em Morada Nova, 02 em Fortaleza, 01 em Caucaia e 01 em Mossoró.

5.4 Instrumentos de coleta de dados

Foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro um roteiro com perguntas a respeito da instituição que será respondida pela pesquisadora, com base nos documentos analisados e conversas com os demais funcionários da instituição, já o segundo será um roteiro de perguntas que será usado como base na entrevista com o administrador público, coordenadores e professores.

Os dados foram coletados pessoalmente, assim como por meio da leitura de material divulgado na internet nos sites oficiais, tais como IBGE, Portal da Transparência, página da Prefeitura de Morada Nova, portal Inep, Spaece além de outros. E pelas entrevistas concedidas.

5.4 Processo de coleta de dados

A entrevista não-estruturada caracteriza-se por ser totalmente aberta, pautando-se pela flexibilidade e pela busca do significado, na concepção do entrevistado, ou como afirma May (2004, p. 149) “permite ao entrevistado responder perguntas dentro da sua própria estrutura de referências”.

6 ANÁLISE DE DADOS

Como parte das reformas dos sistemas de ensino, instalaram-se no país sistema nacional de avaliação da Educação Básica, com respaldo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, De acordo, com pesquisas realizadas nos sites citados abaixo, obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 1: Resultado da Prova Brasil

PROVA BRASIL				
	Escola José Francisco Sampaio		Município de Morada Nova	
ANO	Ideb observado	Metas projetadas Mec	Ideb observado	Metas projetadas Mec
2005	2,8	-	3,0	-
2007	2,0	2,9	3,0	3,0
2009	2,8	3,0	3,2	3,2
2011	3,6	3,3	3,8	3,4
2013	3,6	3,7	4,1	3,8
2015	4,4	4,1	4,3	4,2

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Quadro 2: Resultado do SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO CEARÁ - SPAECE

ANO	ESCOLA		MUNICÍPIO		ESTADO	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
2008	222	232,91	221,8	234,8	213,4	222,5
2010	215,3	224,2	224,4	235,6	221	231,6
2011	224	230,8	228,2	240,5	227,4	235,9
2012	236,1	237,8	240,2	249,5	235,4	242
2013	*	*	*	*	241,8	245,5
2014	242,1	239,3	233,6	239,3	239,1	241,6
2015	253,3	251,2	242,4	244,2	243,8	247,3

Fonte: Elaboração própria, 2017.

*dados não encontrados

Como se pode observar no quadro 1, em 10 anos, por apenas duas vezes a Escola de Educação Básica José Francisco Sampaio atingiu as metas projetadas pelo Ministério de Educação – MEC. Com relação ao município de Morada Nova, a tabela revela que somente no ano de 2015, a Escola José Francisco Sampaio conseguiu atingir uma nota superior a esta urbe.

Conforme análise da entrevista e dos dados percebe-se que tanto a Escola de Educação Básica José Francisco Sampaio, quanto o município de Morada Nova e o Estado do Ceará não conseguem atingir um índice satisfatório que os coloca em um nível considerado crítico. Nota-se ainda uma pequena elevação dos índices nos últimos anos por ambos, sendo que a Escola José Francisco superou as notas do município de Morada Nova, como também do estado do Ceará, embora apresentando um nível de proficiência considerado crítico em Matemática e satisfatório em Língua Portuguesa no ano de 2015.

Com relação ao Saeb observa-se também uma pequena melhora, porém pouco significativa, não chegando ao suficiente.

SOBRE AVALIAÇÕES:

Gestor 1 diz que “É um processo avaliativo que o professor e a própria escola verifica o processo de aprendizagem do aluno e também o desenvolvimento dele no decorrer dos semestres.” Também concorda o Gestor 2: “É um instrumento de verificação da ‘aprendizagem’ considerando os conteúdos trabalhados e servem como um dos critérios avaliador do processo ensino aprendizagem.” E o Gestor 3: “É um meio de se obter informações sobre os avanços e as dificuldades na aprendizagem. Serve para diagnosticar em partes o nível de aprendizagem, como as dificuldades.”

A avaliação externa é o principal instrumento de controle do Estado sobre a educação (Moreira; Sordi, s/d), como relata o P1: “As avaliações são instrumentos para a verificação da aprendizagem, servem para que possamos saber o que sabe ou não sabe o educando.” Para o P2 “São ferramentas usadas com a finalidade de verificar a compreensão e aprendizagem de um conteúdo trabalhado anteriormente.”

Oliveira (2011), destaca que as avaliações externas parecem ter sido desenhadas muito mais para produzir informações para gestores do que para ajudar os professores a analisarem os resultados, buscando rever suas práticas

metodológicas e indagados se as avaliações externas (Spaeece e Saeb) são objetos de análise na escola, pode-se perceber claramente a assertiva acima.

“Trabalhamos em prol principalmente do Spaeece e da Prova Brasil. E as turmas tem um conteúdo direcionado para atingir os objetivos que tanto a escola como a prefeitura requer.” Gestor 1.

“A partir das análises e observações dessas avaliações a escola busca a preparação dos alunos que serão submetidos à realização dessas provas.” Gestor 2

De acordo com Oliveira (2011) “ as comunicações de resultados das avaliações devem promover articulação com o trabalho pedagógico de maneira a aperfeiçoá-lo” sendo comprovável na resposta do Gestor 3 “serve para obtermos informações que poderão ajudar nas definições das ações voltadas para o melhoramento do ‘ensino aprendizagem’”.

Devemos enxergar as informações providas da avaliação como indícios do processo de ensino e de aprendizagem, evidenciando trajetórias dos alunos, das escolas e das próprias redes, a fim de apoiar decisões e reconfigurações pedagógicas, porém isto não está ocorrendo como relata a P1: “Seria necessário um estudo mais detalhado para que a intervenção fosse mais eficaz.” Sendo a fala contrária do P2: “por meio destas avaliações o governo realiza o acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem desenvolvidas pela escola.”

Buscando compreender melhor, procurou-se saber se os resultados das avaliações externas geram proposições e direcionamento de ações, obtivemos:

“Primeiro se verifica se a situação está boa e a partir daí o que tem que ser feito para melhorar. E de um ano para outro a gente pode ver os avanços da escola em relação às turmas avaliadas.” Gestor 1

“Considerando os resultados e a importância das mesmas, e em sintonia com a nossa realidade nos propomos a direcionarmos as ações e intervenções na aprendizagem.” Gestor 2

“A partir desses resultados se planeja as ações e combate as deficiências apresentadas pelos alunos.” Gestor 3

“Com a proximidade das avaliações. O currículo normal dá lugar à atividades direcionadas às avaliações externas.” P1

“Diante do desempenho alcançado pela escola serão desenvolvidas ações para melhorá-lo automaticamente promover uma alguma melhoria, o programa MAIS EDUCAÇÃO é um exemplo dessas ações.” P2

CONTRIBUIÇÕES DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Saviani (2007) considera um grande avanço, o IDEB, pois funciona como termômetro para monitorar a qualidade do ensino. E procurou-se saber em que as avaliações externas contribuem para a qualidade do ensino de aprendizagem nesta instituição.

“Contribui muito, porque se tem uma maior preocupação, uma maior envolvimento tanto da escola como alunos, professores, grupo gestor, coordenação e pais dos alunos também para atingir o objetivo.” Gestor 1

“Desencadeiam novas visões acerca do processo de ensino aprendizagem, como uma nova proposta de avaliar e de novos subsídios para elaboração de novos trabalhos.” Gestor 2

“Os resultados das avaliações são determinantes para a vinda de recursos para a escola. Esses recursos são para a melhoria do ensino, aquisição de materiais, dentre outros.” P1

“Do ponto de vista do professor só em saber que seu trabalho contribui para o avanço da escola em um ranking municipal, estadual ou até federal e muito gratificante.” P2

Cada vez mais tem havido cobrança para os professores do último ano do ensino fundamental. A responsabilidade pelo sucesso ou insucesso escolar tem sido atribuída ao professor. Mas afinal, quais são as razões do baixo nível de aprendizagem dos discentes nesta instituição de ensino?

“É um conjunto de situações, primeiramente a gente verifica que quando um pai é mais ativo na vida de um filho, que ele acompanha sua vida escolar a tendência daquele filho na sua turma, na escola é de ser um aluno melhor.” Gestor 1

“Indisposição por parte dos mesmos, ausência da família na escola e no acompanhamento das tarefas escolares, uso indevido das novas tecnologias.” Gestor 2

“Falta de conhecimento, desinteresse dos discentes. Falta de união entre escola, alunos e pais. Foco na aprendizagem por parte de todos.” P1

“Vivemos em um momento onde há uma explosão da comunicação tecnológica (redes sociais) e por mais que a educação tenha tido seu grande avanço a mesma ainda não se tornou tão atrativa quanto essas redes sociais daí nos deparamos com um aluno que ao invés de praticar se atraído e manipulado pela necessidade de conectar a uma rede social e simplesmente abandonar a boa pratica de estudar nas horas vagas.” P2

AS RAZÕES DOS NÍVEIS DE APRENDIZAGEM

Quanto à dificuldade de elevação dos níveis de aprendizagem, foi colocada a omissão por parte da família, onde a educação é totalmente entregue aos professores.

“A ausência da família dificulta a elevação dos níveis, pais ativos, atuantes na vida escolar do filho, a tendência é o filho ter uma melhor participação escolar. A escola tem que acompanhar as famílias, a situação de cada aluno. A escola tem que vê quando o aluno não tempo para estudar, às vezes ele faz algumas tarefas em casa, mesmo que não seja trabalho infantil. São uma série de coisas que influenciam positiva ou negativamente.” Gestor 1

Também foram elencados fatores como: “baixo rendimento vindouro de séries passadas.” Gestor 1. Ou ainda “Condições físicas da escola e psicológicas dos alunos, falta de acompanhamento e o poder aquisitivo dos nossos alunos.” Gestor 3.

Para os professores “Falta de responsabilidade por parte do conjunto: alunos, pais e escola, todos juntos pela mesma causa que é o sucesso dos educandos.” P1.

“De início nossos alunos se deparam extremamente desmotivados e desacreditados no poder modificador da educação, e pôr fim a atratividade em estudar cada dia que se passa menos alunos se veem menos dispostos em estudar em suas horas livres ou em momentos fora da sala de aula.” P2

Se “Avaliar é Investigar Para intervir”. Os professores relatam as dificuldades enfrentadas na investigação e na intervenção.

“As investigações (avaliações) já existem, faltam os esforços, agir e atacar no problema. Se há problemas com interpretação de textos, então façamos atividades de leitura voltada a superação deste problema.” P1

“Na maioria das situações as avaliações são apenas classificatórias e ou usadas para aprovar ou reprovar alunos durante um ano letivo, claro que intervenções são realizadas e varia vezes durante o ano mas sempre ficamos insatisfeitos pois nos vemos obrigados a trabalhar uma grade curricular desenvolvida pela secretaria de educação, diante dessas situações as intervenções não tem o impacto desejado.” P2

AS METAS ESTABELECIDAS

A escola atingiu as metas estabelecidas pelo Estado (Spaee) e Pelo

Ministério da Educação – MEC (Saeb) em alguns momentos conforme o quadro 2 apresentado anteriormente, porém ainda não alcançou os níveis desejáveis como afirmam os entrevistados.

“Neste período que estou na escola só chegou o resultado da Prova Brasil de 2013, com relação ao Spaece tivemos uma melhora, uma boa melhora, mas ainda não está no nível que a gente desejava, ‘melhorou mas não foi o suficiente’, houve um pequeno avanço, mas não está no desejável e nem no suficiente.” Gestor 1

“Não atingimos, nem as metas do Spaece e nem do Saeb, sempre ficamos abaixo das metas; mesmo que tenhamos obtido uma melhora, sobretudo em Língua Portuguesa. Mas uma disciplina sozinha não consegue alavancar os índices no todo, pois é um conjunto”. P1

O docente 2 afirma que “Não me recordo, mas em 2015 tivemos melhorias tanto em português quanto em matemática, mas a melhoria foi mais expressiva em português se ficou abaixo ou acima da média não tenho lembrança alguma.”

Para que um bom trabalho ocorra e a escola obtenha sucesso destes indicadores é indispensável a valorização do professor, melhores salários e mais engajamento entre gestores e professores. O suporte dos gestores é fundamental para que aja um bom processo de ensino e aprendizagem.

“Primeiro tem que dá condições de trabalho, ter um planejamento ativo, ter uma avaliação seletiva, avaliar o processo de aprendizagem do aluno se realmente ele está conivente (condizente, grifo meu), se os alunos estão tendo resultados e as provas externas em geral vêm dá o resultado final daquele processo.” Gestor 1

“Em meio às dificuldades, estamos próximos aos professores, conversando e dando sugestões como também subsídios para que os mesmos possam desempenhar melhor seu trabalho.” Gestor 2

“Vejo que a gestão administrativa e pedagógica da escola pouco oferecem de suporte aos professores. Muitas vezes o docente é quem busca sozinho meios de dinamizar suas aulas, para torna-las mais proveitosas possíveis.”P1

“O Gestor. Na maioria das situações a função do mesmo é mediar conflitos entre alunos promover eventos na escola afim de trazer tanto familiares, quanto a comunidade propriamente dita, e dessa forma possibilitar que o aluno crie uma ligação mais afetiva com a escola. Já os Coordenadores: Os mesmos realizar monitoramento das aulas planejadas, sugerem dicas e alternativas a fim de contribuïrem com a melhoria da didática

do professor em sala, e acompanhamento dos jovens que apresentam alguma deficiência.” P2

Com relação ao ensino e à aprendizagem, o que deve melhorar de acordo com as reais possibilidades da escola.

“A escola tem que atrair os alunos, têm que fazer com que o aluno se sinta bem à vontade numa sala de aula. Aumentar os recursos tecnológicos para facilitar o processo de aprendizagem. Porque nós vivemos num mundo de mídias, de internet. E são poucos os recursos que a escola oferece aos alunos. Temos uma sala de informática que não funciona, que não tem internet, foi dada pelo governo federal, mas simplesmente colocada lá. Hoje os alunos precisam de internet para fazerem pesquisas. Mas em relação aos nossos próprios recursos, o que vale mais é a competência de cada um, a gente vê diferença de um professor para outros, mudam os resultados. Os resultados obtidos são muito diferentes. Se o professor é interessado, é dedicado e ele tem como meta alcançar, com certeza ele vai ter um melhor resultado do que aquele professor que não tem domínio. Por isso, eu também aprovaria que cada escola, cada professor ganhasse um bônus por produtividade. Seria um incentivo maior para todos.” Gestor 1

“Um melhor plano de intervenção, a partir das dificuldades encontradas através de reforço no contra turno, recuperação paralela e trabalhos diversos.” Gestor 2

“Aulas de reforço, aquisição de material pedagógico para uso efetivo, melhor funcionamento da biblioteca, acompanhamento pedagógico intensivo, chamar os pais para a responsabilidade na educação dos filhos, expondo a situação dos aprendentes.” P1

“Relacionado a professores a elaboração de aulas atrativas fazendo o uso com recursos tecnológicos. Relacionado ao gestor e coordenadores: fazer a família mais presente na escola e com as mesmas traçar alternativas para possibilitar maior interesse da família em fazer com que o aluno estude. Relacionado ao município: realizar constantemente oficinas de capacitação de professores para trabalharem em situações em constantes avanços. P2

É pertinente ressaltar que os alunos relatam não saber os resultados das avaliações externas anteriores e que não conhecem o teor do assunto abordado. Contribuindo assim para a continuação dos baixos resultados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente a função da escola é voltada para a formação do indivíduo e as avaliações de longa escala não podem ser instrumentos de controle social. As avaliações externas são uma referência muito importante sobre a situação do aprendizado, pois mostram habilidades e competências adquiridas.

Para a construção de uma escola de qualidade as avaliações devem servir para gerar uma série de informações com as quais os gestores devem trabalhar para atingir os objetivos traçados, caso necessário, reformular estratégias e ações. Se o processo for bem executado, o resultado gerar proposições de ações ajudará aos gestores a balizar suas decisões.

As avaliações externas devem servir para se obter dados e a partir deles verificar o que ocorre na escola, traçar um plano de ação, ou seja, o remanejamento de intervenções pedagógicas.

A escola de Educação Básica José Francisco Sampaio tem buscado melhoria nos níveis de aprendizado dos alunos, este crescimento está ocorrendo, porém de forma mínima e pouco significativa.

Quando a escola junta seus esforços com a família, gestores e alunos, com foco na aprendizagem, tendem-se a uma melhoria dos resultados da aprendizagem e não para simples números que ditam se a escola vai mal ou não.

Também é possível concluir que na análise das entrevistas evidencia uma contradição no âmbito escolar, pois os gestores acreditam está tudo bem e exigem dos professores mais resultados, mais notas e ao professor cabe toda a educação dos alunos, ficando impossibilitado de fazer um bom trabalho diante da omissão dos gestores e dos pais.

Não se pode esquecer que, tanto os gestores, quanto os professores sentem-se pressionados pela Secretaria de Educação Municipal e por sua vez, pressionada pelos indicadores ora apresentados.

Diante do exposto, sugere-se que novas pesquisas sejam feitas sobre a forma da utilização dos recursos, a formação continuada dos professores e o uso das avaliações como instrumento de reflexão e que motivem intervenções.

A principal limitação da pesquisa foi relacionada ao quantitativo, os valores recebidos pela escola, a dificuldade acesso aos dados, a falta de transparência nas prestações de conta ao Conselho Escolar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BLASIS E., FALSARELLA A. M., ALAVARSE O. M. **Avaliação e Aprendizagem: Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino**. Coordenação Eloisa de Blasis, Patricia Mota Guedes. – São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013, 48P.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 4 ed. Bauru, SP: EDIPRO-2010. (Série Legislação)

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

CEARÁ, Secretaria de Educação Básica do Estado do – SEDUC, Universidade Federal de Juiz de Fora – Faculdade de Educação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAED- UFJF. **Plano de Ação Educacional: Orientações Gerais para Produção de Trabalhos Acadêmicos**. 2009. 101p.

HORA, Dinair leal da. **Gestão Democrática na Escola**, 16º ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3789420>, acesso em 23 de agosto de 2015.

<http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola>>. acesso em 16.10.14.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues>, acesso em 15 de Junho de 2015

<http://www.spaece.caeduff.net/o-programa/>, acesso em 15 de Junho de 2015.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloisa. **Liderança em Gestão Escolar**, Petrópolis: Vozes, 2008. Série Cadernos de Gestão.

_____, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. Artigo da publicação Em Aberto n. 72. Brasília: INEP, fev./jun. 2000.

_____, Heloísa. **Planejamento em orientação educacional**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial nos Cursos de Humanas e na Educação**. Salvador: EDUFa 2000.

MALHEIROS, Márcia Rita Trindade Leite. **Pesquisa na Graduação**. Disponível em: profwillianblogspot.com.br.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NÓVOA, A (Org.). **Vidas de professores**. Porto. Editor Porto. 2002.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PILETTI, Cláudio. **Didática Geral**. Avaliação. 14 ed. São Paulo: Ática, 1991.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1983.

SÁ, C. M., Ferreira, L., Queirós, A. P., & Silva, A. (2007). **Uma experiência de investigação-acção: desenvolvimento de competências transversais em compreensão e produção escrita**. In L. Á. Pereira, & A. Moreira (Eds.), *Actas do 1.º Encontro Nacional de Oficinas de Escrita no Ensino de Línguas*. Aveiro: Universidade de Aveiro/Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa. ISBN: 972-789-180-2.

SORDI, Maria Regina de. **A prática de avaliação do ensino superior: uma experiência na enfermagem**. São Paulo: Cortez/PUCCAMP, 1995.

VAZQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Polo Limoeiro do Norte – CE
DISCIPLINA: Seminário Temático III – LFE I
Flaubênia Nascimento de Almeida Gomes – Matrícula: 2013104089
Turma: 2013.1 - VII Semestre**

Roteiro da Entrevista

Nome: _____

Idade: _____ **Sexo:** _____

Naturalidade: _____ **Estado Civil:** _____

Escolaridade: _____

Área de Formação: _____

Tempo de Atuação: _____

Tempo de Trabalho na Escola: _____

01 – O que é e para que servem as avaliações no cotidiano escolar?

02 – As avaliações externas (Spaace e Saeb) são objetos de análise na escola?

03 – Os resultados das avaliações externas geram proposições e direcionamentos de ações?

04 - Em que as avaliações externas contribuem para a qualidade do ensino e da aprendizagem nesta instituição?

05 – Quais as razões do baixo nível de aprendizagem dos discentes nesta instituição de ensino?

06 - Em sua opinião, o que dificulta a elevação dos índices/níveis de aprendizagem nesta escola?

07 – Se “Avaliar é investigar para intervir.” Onde está o entrave: Na investigação ou na intervenção?

08 – A escola atingiu as metas estabelecidas pelo Estado (Spaece) e pelo Ministério da Educação – Mec (Saeb)?

09 – Que suporte o Gestor e os Coordenadores Pedagógicos dão aos professores para a melhoria do Processo de ensino aprendizagem?

10 – Com relação ao ensino e à aprendizagem, o que deve melhorar de acordo com as reais possibilidades da escola?
